

Célio Azevedo



ESFORÇO As Comissões de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania aprovam, em conjunto, relatório de Suassuna (à direita, ao lado de Edison Lobão)



Geraldo Magela

Geraldo Magela



ACORDO Mercadante, Arthur Virgílio e José Agripino fecham entendimento para votar hoje a Lei de Informática, que enfrentava resistência da oposição

Senado faz acordo e vota hoje Lei da Biossegurança

Líderes do governo e da oposição fecham acordo em torno do projeto da Lei de Informática, que vem trancando a pauta juntamente com uma medida provisória. Assim, na sessão de hoje, às 10h, ordem do dia deve ser desobstruída, criando condições para votação da Lei da Biossegurança.

Páginas 3 e 4

Ministro pede aprovação de acordo contra o tabaco

Em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o ministro da Saúde, Humberto Costa, pediu ao Senado que ratifique a decisão do governo brasileiro de assinar convenção internacional sobre o controle do uso do tabaco. Segundo o ministro, os agricultores que plantam fumo, e que forem afetados pela queda de demanda do produto decorrente do acordo, receberão apoio do governo.

Página 5

Povo pode participar da elaboração do Orçamento

Os cidadãos e as entidades legalmente constituídas poderão participar da elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do próprio Orçamento federal. Proposta que disciplina essa participação, aprovada ontem pela Comissão de Justiça do Senado, vai agora ao exame do Plenário.

Página 7



Célio Azevedo

O Congresso Nacional aprovou mais de uma dezena de créditos suplementares e especiais ao Orçamento da União, totalizando R\$ 3,5 bilhões. Parte desses recursos será usada na cobertura de despesas com pessoal e na reestruturação da remuneração de diversas carreiras do Executivo. Foram beneficiados também projetos na Zona Franca de Manaus.

Página 7



TURISMO Para Leonel Pavan, o importante é aumentar a temporada de férias e incrementar a economia

Pavan quer unificação de calendários

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) pediu aos governadores e prefeitos que adotem a unificação dos calendários escolar e de turismo. Em pronunciamento ontem, ele afirmou que sua cidade, Balneário Camboriú, e outros 39 municípios catarinenses já determinaram o início das aulas para somente após o carnaval.

O objetivo da unificação, ressaltou Pavan, é aumentar a alta temporada turística, que seria estendida até fevereiro. Com dois meses de férias escolares, a demanda da alta temporada será diluída, facilitando a vida dos visitantes e incrementando a economia dos municípios que vivem do turismo, com a consequente geração de empregos, disse.

Os turistas, acrescentou, terão mais facilidade na aquisição de passagens e reservas. Os destinos turísticos, em contrapartida, poderão oferecer serviços melhores.

Pavan ressaltou que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) prevê que o calendário escolar seja adaptado às peculiaridades locais. A lei pede apenas que seja mantida a carga horária mínima de 200 dias letivos e de 800 horas/aula anuais.

Programas do Senado beneficiam assembleias

■ Convênio com a Unale coloca à disposição dos legislativos estaduais iniciativas do ILB na área educacional

O 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), assinou ontem protocolo de intenções entre o Senado Federal, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), o Interlegis e a União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale), para difundir os programas educativos do ILB por meio da Unale para todas as assembleias legislativas.

Tuma também assinou convênio de parceria entre o Se-

nado, por meio do Interlegis, e o Ministério Público da União (MPU), pelo qual o Interlegis colocará sua estrutura à disposição do MPU.

– Assim, nós poderemos transmitir a importância do papel do Ministério Público da União em benefício da sociedade – declarou Tuma.



INTERCÂMBIO Romeu Tuma preside reunião para assinaturas de protocolo de intenções e de convênio entre ILB, Interlegis, Unale e MPU

Leal Júnior, presidente da Unale, disse que a meta é estabelecer um intercâmbio para aperfeiçoar os legislativos. O diretor do ILB, Florian Madruga, afirmou que o protocolo é importante porque une o ILB e o Interlegis a uma entidade bastante representativa – a Unale.



IMPEDIMENTO Almeida Lima lembra que lei refere-se apenas a pessoas com processo transitado em julgado

Almeida Lima apóia registro de processados

O senador Almeida Lima (PDT-SE) protestou contra idéia do desembargador do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro Marcos Faver de proibir o registro de candidato que esteja respondendo a processo judicial.

– É proposta suja querer impedir a candidatura de alguém somente porque existe um processo contra ele – afirmou.

Almeida Lima lembrou que, de acordo com a Lei das Inelegibilidades, somente pessoas com processo transitado em julgado podem ser impedidas de concorrer às eleições.

Agenda

Plenário pode destrancar a pauta

Sem acordo entre os líderes partidários, as votações das duas matérias que trancam a pauta do Plenário foram novamente adiadas para a sessão de hoje, às 10h. Obstruem a pauta o projeto de lei de conversão (PLV 43/04) que trata da importação de bens destinados à pesquisa científica e o projeto de lei da Câmara (PLC 32/04) que altera a Lei de Informática.

TCU na Comissão de Fiscalização e Controle

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) vota hoje, em reunião marcada para as 10h, dois avisos do Tribunal de Contas da União (TCU). Eles tratam de auditorias realizadas pela instituição em obras sob a responsabilidade da Cia. Docas do Estado de São Paulo (Codesp) e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), no setor de irrigação.



José Cruz

TV Senado

No programa *Cidadania* de hoje, apresentado pela TV Senado às 19h30, o senador Cristovam Buarque (PT-DF) e o professor Décio Garcia Munhóz falam sobre as políticas de desenvolvimento econômico do governo.

Palestras no Interlegis

A "Agenda do Legislativo no Século 21" é um dos temas de amanhã do 1º Ciclo de Palestras "O Parlamento brasileiro: presente, passado e futuro". O evento é realizado no auditório do Interlegis, a partir das 9h15.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



ELEIÇÕES Mão Santa diz que TRES não possuem instrumentos para fiscalizar campanhas eleitorais

Mão Santa denuncia abusos de pesquisas

O senador Mão Santa (PMDB-PI) denunciou os abusos que, segundo ele, são cometidos pelos institutos de pesquisas nos períodos eleitorais, manipulando números e tentando influir nos resultados.

– Não podemos nem chamá-los de desonestos, porque eles cumprem seus contratos – observou.

O senador afirmou que os tribunais regionais eleitorais não têm instrumentos para coibir os abusos. Mão Santa disse ainda que, no Piauí, há um candidato que resolveu debochar diretamente da situação ao se autodenominar Ipop, o que, por extenso, significaria "Instituto de Pesquisas para Otários Perderem".



PRESSA Papaléo diz que é urgente encontrar solução para os problemas gerados pelas MPs

Papaléo propõe o fim das medidas provisórias

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) apresentou proposta de emenda à Constituição para acabar com a medida provisória (MP) – instrumento usado pelo governo para adotar providências em casos de urgência e relevância, e que o Congresso vota para cassar-lhe a eficácia ou para convertê-la em lei. Na opinião do senador, a MP se provou, em todos os governos desde 1988, inadequada à representatividade democrática.

– Estou convencido de que a extinção das medidas provisórias de nosso ordenamento jurídico terá o condão de aperfeiçoar a prática legislativa neste país.

Segundo Papaléo, a promulgação de MPs raramente tem servido aos seus propósitos. Os pressupostos de urgência e relevância têm sido negligenciados por todos os presidentes da República, em função de conveniências políticas ou de circunstâncias que pouco ou nada têm a ver com as exigências constitucionais de sua aplicabilidade, acrescentou.

Para o senador, os sucessivos trancamentos de pauta ocorridos no Senado evidenciam que é urgente encontrar uma solução para o problema das MPs.

Acordo garante votações hoje para liberar a pauta

■ Mercadante anuncia decisão sobre biossegurança, informática e estímulo à pesquisa

O projeto que cria a Lei da Biossegurança e o que regulamenta a Lei de Informática estão entre os itens que serão votados hoje pelo Plenário do Senado. Ontem, o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), anunciou o acordo que garante a liberação da pauta da Casa. Também serão votados a isenção de impostos de importação sobre material destinado à pesquisa científica ou tecnológica (PLV 43/04) e o projeto que permite o desconto em folha de pagamentos dos empréstimos tomados por aposentados e pensionistas (PLC 44/04).

Em discurso, Mercadante elogiou o espírito público dos senadores e afirmou que graças a ele foi possível contornar



AVANÇO Mercadante afirma que espírito público dos senadores permite superar divergências

as divergências em torno das matérias em votação.

Referindo-se ao projeto da Lei de Informática, Mercadante defendeu a mudança do nome da Zona Franca de Manaus para uma outra denominação que a reconheça enquanto pólo industrial. Em aparte, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) concordou com a sugestão e disse ser necessário “escolher um nome que se assemelhe ao esforço e à tecnologia lá

Virgílio: mudança evitou prejuízos para o Amazonas

O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, disse que o acordo firmado ontem entre ele e o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), tendo em vista a votação do projeto que regulamenta a Lei de Informática, configura um avanço no debate democrático entre governo e oposição no Senado, e tornará possível dotar o país de uma legislação moderna para o setor.

Em discurso pronunciado da tribuna, o senador elogiou a coerência da liderança do

governo na análise das modificações exigidas pelo estado do Amazonas, que, segundo afirmou, seria prejudicado pela proposta do governo.

O parlamentar explicou que acabou sendo retirado do texto do projeto, que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática, dispositivo que implica uma reavaliação dos incentivos governamentais para a manutenção do parque de fabricação de monitores de televisão na Zona Franca de Manaus.

aplicada”. Os senadores Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também apoiaram a proposta. Analisando o projeto, Azeredo reconheceu os avanços nele contidos, mas considera necessário buscar soluções para os obstáculos à produção de *chips* para computador no país.

Reforma do Judiciário

Além dessas matérias, mais de 40 outras esperam votação, inclusive a reforma do Judiciário e propostas de emenda à Constituição (PECs), como a de nº 64/99, de autoria de Eduardo Suplicy (PT-SP), que determina o comparecimento do presidente da República ao Congresso Nacional na abertura das sessões legislativas. Também está em pauta a PEC 22/00, de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que tramita em conjunto com outras três PECs e que torna obrigatória a execução integral do Orçamento da União. Hoje, o orçamento é apenas autorizativo: não obriga o governo a fazer a despesa.



LIMITES Tourinho, em sua emenda, defende um teto de gastos para União, estados e municípios

Tourinho quer PPPs vinculadas à LRF e à Lei de Licitações

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu a adequação do texto do projeto de lei das parcerias público-privadas (PPPs) à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Tourinho, que apresentou emenda nesse sentido, disse ser necessário estabelecer um limite de gastos para União, estados e municípios com as chamadas despesas continuadas, como é o caso da contraprestação dos contratos de parcerias.

– Na nossa emenda sugerimos que fosse feita uma blindagem em relação a isso, por meio da receita corrente líquida – explicou o senador.

Tourinho acrescentou que as vinculações de receitas já existentes deixam pouca margem para investimentos públicos em infra-estrutura.

– Se não estabelecermos claramente um percentual, aprovado pelo Senado e encaminhado pelo presidente da República, estaremos abrindo as portas para que estados e municípios venham a ter problemas em suas finanças – advertiu.

Outro aspecto, importante segundo Tourinho para dar segurança às PPPs, diz respeito à Lei de Licitações. Emenda do senador impede qualquer flexibilização da lei com relação às parcerias público-privadas.

A terceira emenda refere-se à procedência de pagamentos que, de acordo com o texto que vem sendo discutido, seria dada aos contratos de parceria.

A sugestão do senador é a criação de um fundo garantidor que não poderia ser contingenciado. Por fim, Rodolpho Tourinho defendeu uma mudança no texto de forma a restringir o recurso às PPPs apenas quando o contrato envolver prestação de serviços.



DIÁLOGO Segundo Arthur Virgílio, entendimento governo-oposição dota o país de legislação moderna

Arthur Virgílio argumentou que qualquer modificação na política de incentivos fiscais para a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufzama) colocaria em risco cerca de 50 mil empregos locais.

Serys lança cartilha A Mulher e as Leis

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) apresentou, em nome da Comissão Especial Ano Nacional da Mulher do Senado Federal, a cartilha *A Mulher e as Leis*, que contém a legislação destinada às mulheres. O lançamento (foto) ocorreu ontem, na Praça das Artes do Conjunto Nacional, um shopping center de Brasília. A senadora chegou a distribuir autógrafos durante e após a realização do evento.



Profissionais querem definir melhor o ato médico

Representantes das profissões que compõem a chamada ação multidisciplinar voltada para a área da saúde, como psicólogos, fisioterapeutas, enfermeiros e fonoaudiólogos, estiveram ontem com a presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), para solicitar que o projeto de lei que define o ato médico, em tramitação no colegiado, seja examinado após as eleições de 3 de outubro.

Eles entendem que a matéria, por ser polêmica, deve ser debatida em profundidade pela CAS, com a realização de audiências públicas. Lúcia Vânia concordou, observando que o receio manifestado pelos profissionais de saúde de a proposição ser aprovada antes de ampla discussão já era uma preocupação da presidência da comissão.

Os profissionais alegam que o projeto, caso venha a ser aprovado na forma em que se encontra, irá desestimular e colocar em segundo plano atividades como a fisioterapia, já que o paciente, antes de ser atendido, terá de recorrer a um médico para que o tratamento seja autorizado. Isso quer dizer que o diagnóstico será atribuição privativa do médico. Com isso, observam, o paciente terá que pagar duas consultas, o que irá onerar ainda mais o bolso do cidadão brasileiro.

O projeto (PLS 25/02), de autoria do então senador Geraldo Althoff, define o ato médico como todo procedimento técnico-profissional praticado por médico habilitado e dirigido para a promoção primária, que é a promoção da saúde e a prevenção da ocorrência de enfermidades ou profilaxia; a prevenção secundária, que é a prevenção da evolução das enfermidades ou execução de procedimentos diagnósticos ou terapêuticos; e a prevenção terciária, que é a prevenção da invalidez ou reabilitação dos enfermos.

De acordo com o projeto, as atividades de prevenção que envolvam procedimentos diagnósticos de enfermidades ou impliquem indicação terapêutica são atos privativos do profissional médico.

Plenário pode votar hoje projeto que libera plantio de transgênicos

■ Lei da Biossegurança é aprovada em três comissões. Suassuna modificou o substitutivo

O Plenário do Senado pode dar na manhã de hoje o primeiro passo rumo à liberação parcial das pesquisas com células-tronco de embriões humanos destinadas à cura de doenças degenerativas. Na sessão marcada para as 10h, será colocada em votação o projeto de Lei da Biossegurança, que também autoriza o plantio de sementes geneticamente modificadas (transgênicas).

Ontem, a matéria foi aprovada em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), Assuntos Sociais (CAS) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que analisaram substitutivo apresentado

Clonagem terapêutica é retirada da proposta

O governo poderá enviar ao Congresso um projeto de lei para regulamentar especificamente a chamada “clonagem terapêutica”, técnica pela qual se utilizam as células-tronco embrionárias para fins terapêuticos. O acordo foi fechado, segundo a presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), em encontro paralelo à reunião conjunta da CAS com as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou o relatório do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) – *veja matéria acima*.

Lúcia Vânia, uma das principais articuladoras do acordo, disse que ela e o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) concluíram que o substitutivo de Suassuna não estabelecia, originalmente, os mecanismos necessários para impedir que a clonagem terapêutica tenha seus objetivos desvirtuados. Segundo a senadora, a avaliação foi de que procedia



MODIFICAÇÕES Ao lado de Tebet, Suassuna explica as mudanças de última hora que fez, inclusive, para acolher sugestões de Osmar Dias

pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Com o objetivo de harmonizar interesses contrários de cientistas, religiosos, plantadores de soja e ambientalistas, Suassuna fez modificações em outro substitutivo, de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR), aprovado na Comissão de Educação (CE).

– Foi o projeto possível, mas precisávamos aprovar essa

materia, que estava nesta Casa havia oito meses – afirmou.

O substitutivo de Suassuna, por sua vez, sofreu muitas mudanças de última hora, para acolher sugestões inclusive de Osmar Dias, que criticou o texto do parlamentar peemedebista. O senador pedetista queria manter com a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) o poder de

decisão sobre as autorizações para o plantio de transgênicos. Na versão final, as decisões da comissão poderão ser motivo de recurso ao Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), formado por 11 ministros, mas os veredictos terão de ser tomados com maioria de pelo menos seis membros, conforme sugeriu Osmar Dias.

– A proposta aprovada na Comissão de Educação era melhor, mas conseguimos consertar esta. Só que esses ministros não farão outra coisa a não ser examinar recursos – disse.

Com dúvidas sobre o acerto da liberação das pesquisas com células-tronco, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu o adiamento da votação do projeto, no que foi acompanhado pelo senador Flávio Arns (PT-PR).

– O que nós perdemos esperando mais três meses? – indagou o parlamentar gaúcho.



PRUDÊNCIA Lúcia Vânia não vê retrocesso para as pesquisas e aguarda projeto do governo

a preocupação dos parlamentares ligados à Igreja, que “se sentiam inseguros em liberar a clonagem sem instrumentos que pudessem coibir o mau uso pelos inescrupulosos”.

A presidente da CAS informou que os representantes da comunidade científica, presentes ao encontro de ontem – que contou com a participação de outros senadores, entre eles Tião Viana (PT-AC), Flávio Arns (PT-PR) e Magno Malta (PL-ES) –, entenderam que a decisão não implica retrocesso nas pesquisas científicas, “até porque não é uma técnica totalmente desenvolvida e pode aguardar uma nova iniciativa do governo”. A Inglaterra, segundo ela, foi o primeiro país a regulamentar, especificamente, a clonagem terapêutica.

Juvêncio diz que, desta vez, há urgência para edição de MP

O senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) questionou em Plenário a decisão do governo de evitar a edição de uma medida provisória para liberar o plantio de soja transgênica na próxima safra, insistindo que a decisão deveria fazer parte do projeto de Lei da Biossegurança, em tramitação no Senado.

– O governo, que usa medidas provisórias para assuntos não urgentes, desta vez terá motivos para justificar a urgência, pois o plantio começa em menos de um mês. Ou será que o governo quer apenas lavar as mãos sobre esse assunto? – indagou.

Ao comentar o conteúdo do projeto de Lei da Biossegurança, Juvêncio manifestou-se preocupado com a mudança que o relatório do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) faz no substitutivo de Osmar Dias (PDT-PR), na parte relativa ao poder do Conselho Nacional de Biossegurança e da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

– Como é que o conselho,



AVISO Juvêncio adverte que plantio de soja para a próxima safra começa em menos de um mês

integrado por ministros, terá condições de mudar uma decisão altamente técnica da CTNBio? Acho que é uma situação complicada e isso me preocupa – afirmou.

O senador considerou as mudanças que os senadores vêm fazendo no projeto de Lei da Biossegurança “um grande avanço”, mas disse temer por elas assim que o projeto voltar ao exame dos deputados. Todo projeto já votado pelos deputados e modificado pelos senadores deve retornar à Câmara, para nova avaliação.

Juvêncio mostrou aos senadores que o Brasil não pode correr risco de perder espaço em suas vendas de soja para o exterior. Os Estados Unidos já têm 45 milhões de hectares plantados com soja transgênica, observou o senador.

Aprovadas indicações de dois embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou, por unanimidade, os nomes dos diplomatas Luiz Antonio Fachini Gomes e José Vicente de Sá Pimentel para exercerem o cargo de embaixador junto ao Irã e à Índia, respectivamente. A aprovação da indicação de Fachini baseou-se em parecer favorável do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e a de Pimentel, em parecer favorável do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). As indicações, ambas aprovadas com 15 votos favoráveis, serão agora votadas pelo Plenário do Senado.

A comissão acolheu ainda, também por unanimidade, o nome do embaixador Cesário Melantonio Neto para exercer, cumulativamente com o cargo de embaixador da Turquia, o de representante do Brasil no Azerbaijão (ex-república soviética). Essa escolha recebeu parecer favorável do senador Luiz Otávio (PMDB-PA).

Arguição

Os candidatos às embaixadas do Irã e da Índia foram sabatinados pelos senadores antes da votação. Em sua apresentação, o diplomata Fachini destacou que o Irã enfrenta diversos conflitos políticos na região e tem que lidar com o medo desmedido e com o sensacionalismo que a mídia internacional direciona sobre o país. Para o embaixador indicado, isso é resultado de uma imagem negativa do Irã difundida pelos Estados Unidos e por alguns países europeus.

Fachini ressaltou que o Irã é um dos maiores produtores de petróleo do mundo, dono de grandes reservas de gás e de minérios. Relator da indicação, Mestrinho ressaltou que o Brasil exporta para aquele país mais de US\$ 1 bilhão anualmente.

O futuro embaixador na Índia, José Vicente de Sá Pimentel, observou que esse país tem um território menor e muito mais populoso do que o Brasil, cultiva a não-violência, mas possui bombas nucleares. Azeredo, relator da indicação de Pimentel, salientou a diversidade cultural da Índia e lembrou que o conflito daquele país com o Paquistão pela posse da Caxemira é o mais preocupante atualmente na região.



POBREZA Segundo Humberto Costa, que falou aos senadores da CRE, o tabagismo se concentra na população de baixa renda e impede o desenvolvimento

Ministro pede ratificação de acordo internacional contra uso do tabaco

■ Em audiência na CRE, Humberto Costa disse que governo motivará produtores de fumo a mudarem de atividade

O ministro da Saúde, Humberto Costa, pediu que o Senado ratifique a assinatura do Brasil no acordo internacional denominado Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco. Em audiência pública ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), onde tramita

o texto do acordo, o ministro garantiu que os agricultores que plantam fumo, e que forem afetados pela queda da demanda do produto decorrente da assinatura do acordo, receberão apoio do governo.

– Estamos discutindo com os Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário formas de compensar os que hoje plantam fumo. No dia que essa convenção entrar em vigor, queremos que os que hoje vivem dessa cultura possam ter meios para fazer outra coisa – disse o ministro.

O Brasil produz 884 mil to-

neladas de fumo anualmente na Região Sul, o que representa um receita de R\$ 20 bilhões, segundo dados divulgados pelo presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), Carlos Rivaci Sperotto.

O texto da convenção (constante do Projeto de Decreto Legislativo 602/04), que recebeu na CRE parecer favorável do senador Fernando Bezerra (PTB-RN), prevê medidas para reduzir a demanda e a oferta de tabaco, inclusive o fim de subsídios para manufatura do produto. O Brasil foi o segundo

país a assinar o tratado, o que aconteceu em junho de 2003.

O ministro da Saúde informou que o tabaco mata por ano 5 milhões de pessoas no mundo, sendo 200 mil no Brasil. Segundo afirmou, o tabagismo agrava a fome e a pobreza, porque o hábito se concentra na população de baixa renda, e dificulta o desenvolvimento sustentável.

Humberto Costa lembrou ainda que a ratificação do acordo confirma as políticas de combate ao fumo que o governo vem implementando há muitos anos no Brasil.

Zambiasi e Simon questionam impacto na economia do país

Durante audiência ontem na CRE, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) afirmou ser contra o fumo, mas disse que o governo precisa assegurar, aos agricultores, proteção contra os efeitos da adesão do Brasil ao acordo internacional.

Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), a convenção é um artifício dos países produtores de tabaco para eliminar o Brasil do mercado internacional do produto. Ele informou que o texto ainda não foi assinado, por exemplo, pelos Estados Unidos, maior produtor mundial. O Brasil é o maior exportador e o terceiro produtor de fumo do mundo.

– O Brasil não pode assinar antes porque ficará em desvantagem e perderá o mercado internacional. – alertou.

A procuradora do Trabalho no Paraná, Margaret Matos,

ressaltou que os agricultores que plantam fumo também sofrem efeitos tóxicos da planta.

Segundo a chefe da Divisão de Controle de Tabagismo do Instituto Nacional do Câncer (Inca), Tânia Cavalcante, a queda no consumo do fumo será vagarosa e não repentina, mesmo com a assinatura da convenção. A presidente da Sociedade Paulista de Oncologia Clínica, Nise Yamaguchi, pediu que os parlamentares aprovem a convenção e sugeriu que, na hora de votar a ratificação do acordo, eles pensem naqueles que sofrem ou sofreram de doenças ligadas ao fumo. O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina (Fetaesc), Antoninho Rovaris, solicitou que os parlamentares discutam o tema com a sociedade.



APOIO Sarney recebeu ontem Nise Yamaguchi, presidente da Conferência Latino-Americana de Câncer de Pulmão e da Sociedade Paulista de Oncologia

Entidades médicas fazem apelo em favor do tratado proposto pela OMS

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a presidente da Conferência Latino-Americana de Câncer de Pulmão e da Sociedade Paulista de Oncologia Clínica (SPOC), Nise Yamaguchi, que apresentou ao senador a posição dessas entidades a favor da ratificação do acordo proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para diminuir o uso do tabaco no mundo.

A matéria, aprovada na Câmara, aguarda parecer da CRE. A convenção desestimula o uso

do tabaco, partindo da constatação de que o vício causado pela substância não é um hábito, mas uma doença.

Presidência

Sarney também recebeu representantes de 5.745 “matamosquitos” demitidos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em 1999, reintegrados provisoriamente e que agora pleiteiam a efetivação no cargo. A pedido dos visitantes, o presidente enviou ofício solicitando audiência do grupo com o ministro José Dirceu.

Projeto de criação do CFJ pode ser alterado

■ Possibilidade foi levantada durante audiência pública com jornalistas e advogados na CE

O projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), que recebeu críticas pela possibilidade de limitação da liberdade de imprensa, poderá ser substituído por um novo texto que incorpore sugestões de entidades ligadas ao setor. A possibilidade foi levantada durante audiência pública sobre o tema promovido ontem pela Comissão de Educação (CE).

– Um substitutivo é importante e viável, mas queremos que o Legislativo não nos negue o direito a ter um conselho profissional – disse o presidente

do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, Aloísio Lopes, que também ocupa o cargo de primeiro-secretário da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

Na opinião de Lopes, o novo texto poderia excluir expressões que pudessem dar margem à interpretação de que a proposta limitaria a liberdade de imprensa. Para ele, o que a categoria pretende é criar um órgão autônomo, desvinculado do governo, e retirar do Ministério do Trabalho a atribuição de registrar os profissionais habilitados, além de transformar o atual Código de Ética em norma legal.

A perspectiva de se chegar a um texto de entendimento foi mencionada pelo representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Hermann Assis Baeta. Ele falou sobre a

possibilidade de se corrigirem expressões contidas no texto, mas observou que a criação do conselho não constituiria “nenhum absurdo” e nem poderia ser considerada inconstitucional.

O presidente da Fenaj, Sérgio Murillo de Andrade, ressaltou que a proposta de criação do CFJ é dos jornalistas e é resultado de muitos anos de debates em encontros da categoria. Ele incluiu entre os objetivos do projeto a definição de regras para acesso à profissão, uma vez que, atualmente, muitos trabalham sem a habilitação adequada, e a fiscalização do exercício da profissão – e não o do conteúdo produzido pelos jornalistas.

– Se existe cerceamento à liberdade de imprensa é por parte desse modelo concentra-

dor de propriedade dos meios de comunicação, em que uma empresa absorve 80% de todas as verbas de publicidade – afirmou.

A possível ameaça à liberdade de expressão, porém, foi o principal motivo levantado por representantes de três outras entidades para criticar a proposta. A Associação Brasileira de Imprensa (ABI), de acordo com o presidente do órgão, Maurício Azêdo, tem posição “radicalmente contrária” ao estabelecimento do conselho. Para ele, o projeto concede “poderes imperiais” ao CFJ.

– O jornalismo trabalha no campo imaterial das idéias e não pode, como outras profissões, ser objeto de regulação, disciplina e fiscalização, como previsto no projeto – assinalou Maurício Azêdo.

Por sua vez, o vice-presidente da Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aner), Murillo de Aragão, considerou a proposta “confusa e inoportuna”, uma vez que, em breve, começará a ser discutida a reformulação da legislação sindical, o que poderá ter efeitos sobre as normas que regem os conselhos profissionais.

O presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), José Inácio Pizani, criticou o projeto por estabelecer que o CFJ oriente e fiscalize o exercício da profissão, sem antes enumerar os princípios, direitos e deveres desses profissionais.

– O projeto tem a nítida intenção de controle da atividade jornalística, que deve seguir livre e independente – sustentou Pizani.



PERSPECTIVAS O senador Hélio Costa (centro) preside a reunião ao lado de representantes da Fenaj, OAB, ABI, Aner e Abert

Hélio Costa defende financiamento para a mídia

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) alertou para a possibilidade de desnacionalização do setor de comunicação do país, caso não seja colocado em prática o auxílio oferecido ao setor pelo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa. Em sugestão apresentada aos integrantes da Comissão de Educação (CE), o senador observou que, desde 1997, não há mais proibição legal ao fomento público das empresas de comunicação.

– Insurgir-se contra esse financiamento à mídia nacional, que está sendo oferecido dentro de todos os parâmetros legais, é acima de tudo prestar um desserviço à nação brasileira. É conduzir a entrega das empresas de comunicação brasileiras ao controle de grupos estrangeiros, os quais não têm compromisso com as estratégias de desenvolvimento e segurança nacional – afirmou o senador.

A proposta foi apresentada na audiência sobre o projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo.

Liberdade de imprensa preocupa senadores

A principal preocupação manifestada pelos senadores que participaram da audiência pública sobre o projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) foi a de preservação da liberdade de expressão.

Durante a audiência, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) questionou declaração do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, segundo a qual a liberdade de expressão não seria absoluta, mas relativa. Ele quis saber como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) avaliaria a posição do ministro.

Em resposta ao senador, o presidente da ABI, Maurício Azêdo, disse que a entidade vê

“com respeito” a figura do presidente do Supremo, embora em determinados momentos considere que ele “não é muito feliz” em opiniões que manifesta. A seu ver, não pode ser usado a favor do argumento de Jobim o fato de o STF ter condenado um editor do Rio Grande do Sul responsável pela publicação de livros de tendência nazista.

– No caso, houve oposição entre o direito de expressão e a gravidade das afirmações do editor. A declaração visa justificar atentados contra a liberdade de imprensa – observou Maurício Azêdo.

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) também mostrou preocupação com a manuten-

ção da liberdade de imprensa e lembrou que viu manifestantes sendo mortos no meio da rua, sem que os jornais do dia seguinte publicassem algo a respeito.

Augusto perguntou ao presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Sérgio Murillo de Andrade, se outras entidades haviam sido ouvidas durante a elaboração do projeto de criação do CFJ. Murillo respondeu que se procurou inicialmente discutir a questão entre os próprios jornalistas, mas demonstrou disposição para ampliar o debate sobre o tema.

Por sua vez, o senador José Maranhão (PMDB-PB) questionou a utilização política

dos meios de comunicação em estados como a Paraíba, onde, segundo relatou, alguns órgãos de imprensa estariam “inteiramente atrelados” ao governo estadual e se valeriam da liberdade de imprensa para “denegrir e desgastar representantes da oposição”.

A reunião foi presidida pelos senadores Hélio Costa (PMDB-MG), autor do requerimento de realização da audiência, Augusto Botelho e Leonel Pavan (PSDB-SC). Na abertura dos trabalhos, Hélio Costa se disse assustado com o “volume de desinformação” existente sobre o projeto de criação do CFJ, uma vez que muitos críticos da proposta não tinham conhecimento detalhado do texto.

Célio Azevedo



MELHORIA O líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra, discursa na sessão que garantiu aumento para diversas carreiras

Congresso vota créditos para reajuste de servidor

A aprovação de recursos para o reajuste salarial de diversas carreiras do serviço público federal foi a tônica da sessão do Congresso Nacional de ontem, quando se deu a votação de mais de uma dezena de créditos suplementares e especiais ao Orçamento da União de 2004, totalizando cerca de R\$ 3,5 bilhões. A previsão de ampliação dos gastos com as Forças Armadas este ano, aprovada pelos parlamentares na noite de terça-feira, começou a se concretizar com a aprovação, na sessão de ontem, do projeto de lei do Congresso Nacional (PLN 58/04) que viabiliza o aumento do soldo dos militares com a abertura de crédito no valor de R\$ 754,7 milhões.

Ainda em relação à melhoria salarial do funcionalismo, o crédito aberto em favor do Ministério da Defesa foi superado pelo previsto no PLN 43/04, que beneficia órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo e foi orçado em R\$ 2.180.400.447. Esses recursos devem ser usados na cobertura de despesas com pessoal e na reestruturação da remuneração de diversas carreiras do Executivo.

José Jorge: "Até quando acerta, o governo Lula erra"

"Até quando toma uma medida correta, o presidente Lula erra, pois acaba privilegiando apenas alguns dos seus apeniguados", afirmou o senador José Jorge (PFL-PE) sobre a liberação de crédito extraordinário para atender os municípios nordestinos atingidos pelas enchentes no início do ano.

Ele disse que Pernambuco receberá R\$ 2,1 milhões para

O Congresso Nacional também aprovou os PLNs 37 e 42, ambos de 2004, que abrem crédito no valor total de R\$ 71,5 milhões, recursos gerados pela atividade industrial na Zona Franca de Manaus. Os parlamentares acolheram ainda substitutivo ao PLN 31/04, que abre crédito de R\$ 93.700.173, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, para garantir o pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal.

Os parlamentares aprovaram ainda o PLN 69/04, que foi desmembrado e reservou crédito de R\$ 130 milhões para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); o PLN 60/04, que garante recursos para reajuste salarial dos servidores do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e técnicos agropecuários; assim como a redação final dos PLNs 28 e 29, de 2004, que abrem créditos, respectivamente, de R\$ 20 milhões em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de R\$ 50 milhões para o Ministério da Integração Nacional. As matérias serão enviadas à sanção presidencial.

Roosevelt Pinheiro



COINCIDÊNCIA José Jorge lembra que o único município a receber ajuda é governado pelo PT

Camaragibe, um dos 113 atingidos pelas chuvas: "Seria coincidência o fato de o prefeito da cidade ser do PT e presidente do PT em Pernambuco e estarmos em período eleitoral?"

Aprovada a instituição do orçamento participativo

■ Projeto de Pedro Simon passa na Comissão de Justiça e vai ao exame do Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a proposta que permite a participação popular na elaboração dos orçamentos federais. O parecer do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) favorável à proposta de emenda à Constituição do senador Pedro Simon (PMDB-RS) foi enviado ao Plenário, onde terá que passar por dois turnos de votação.

De acordo com a proposta (PEC 73/99), caberá ao Executivo e ao Legislativo a promoção da participação direta dos cidadãos ou de entidades legalmente constituídas no processo de elaboração, aprovação e controle da execução do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos orçamentos anuais. As dotações orçamentárias aprovadas em decorrência da par-

Roosevelt Pinheiro



OBRIGAÇÃO Recursos aprovados terão que ser aplicados, segundo a proposta de Simon

ticipação popular terão de ser obrigatoriamente aplicadas. A PEC remete para uma norma complementar a definição das regras do processo de orçamento participativo.

Obras inacabadas

A CCJ encaminhou também ao Plenário parecer do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) pela aprovação de emenda que tem como primeiro signatário o senador Pedro Simon. A matéria estabelece regras para o tratamento a ser dado às obras inacabadas no Orçamento Geral da União.

Comissão acolhe regras para consórcios públicos

O projeto que prescreve normas para que a União, estados, Distrito Federal e municípios possam firmar consórcios públicos para execução de obras, serviços e atividades de interesse comum foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ao pedir apoio para a aprovação da proposta (PLC 148/01), o relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), disse que ela é importante como forma de viabilizar a prestação de serviços em áreas como saúde, coleta de lixo e preservação do meio ambiente. O Plenário terá que votar a matéria.

Azeredo informou que, em Minas Gerais, existem cerca de 70 consórcios intermunicipais na área de saúde, alguns envolvendo até dez municípios, que se reúnem para dividir responsabilidades e gastos operacionais. Apesar de bem-sucedidas, o senador afirmou que essas iniciativas precisam ser regulamentadas, para evitar

contestação.

Com pedido de urgência para deliberação, a comissão enviou também para o Plenário substitutivo da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) a projeto (PLC 103/03) que altera o Código Penal em dispositivos que dizem respeito às mulheres. Propõe-se, por exemplo, a retirada do qualificativo "honesta" que acompanha o substantivo "mulher", nos tipos penais de três artigos do código.

Cartões

A CCJ determinou o envio ao Plenário do parecer de Aloizio Mercadante (PT-SP) que recomenda o arquivamento do requerimento de José Jorge (PFL-PE) solicitando informações ao ministro-chefe da Casa Civil sobre a utilização de cartões de crédito corporativo para o pagamento de despesas de servidores da Presidência.

A comissão aprovou parecer a projeto de Edison Lobão (PFL-MA) que altera o Regimento Interno do Senado para

Pelo novo texto, o projeto de lei orçamentária terá de ser acompanhado de demonstrativo de obras públicas iniciadas e inconclusas, e de obras cujo início esteja sendo proposto, com informações sobre o percentual de execução e o custo total estimado. Ainda de acordo com a proposta, o demonstrativo deverá também conter o cronograma de execução financeira, com prazo de conclusão, e a relação das obras cuja execução esteja interrompida no exercício em curso ou para as quais não haja previsão de dotação no projeto de lei orçamentária, com as respectivas razões. A emenda substitutiva é de autoria do senador Tião Viana (PT-AC).

Em seu parecer, Alvaro Dias afirma que a proposta tem por objetivo dotar o Congresso Nacional, titular do controle externo do Executivo, de garantia permanente de que será subsidiado em relação ao uso de recursos destinados a obras.

– Deve-se evitar a todo custo que investimentos públicos sejam paralisados por simples falta de planejamento – disse.



Genildo Magela

VANTAGEM Azeredo diz que projeto viabiliza prestação de serviços nas áreas ambiental e de saúde

permitir que o instituto da Indicação possa ser utilizado também para sugerir a outro Poder a adoção de providências, a realização de ato administrativo ou de gestão, ou o envio de projeto sobre matéria de sua competência.

Outra alteração no regimento acatada pela CCJ é o projeto de resolução (PRS 34/99) de autoria da senadora licenciada e ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que abre a possibilidade de apresentação de projetos de bancada e de projetos de autoria coletiva de caráter pluripartidário. As alterações no regimento foram enviadas à Comissão Diretora.

Fotos: Roosevelt Pinheiro



PROTESTO De acordo com Antero de Barros, notícia foi trabalhada para tentar atingir sua honra

Antero rebate denúncia publicada em jornais de MT

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) protestou contra notícia publicada na imprensa de Mato Grosso tentando vincular seu nome a setores do crime organizado. Ele leu nota de esclarecimento, emitida pelo PSDB, sustentando que o comitê financeiro tucano de Mato Grosso nunca contraiu empréstimo com a Vip Factoring, muito menos rece-

beu qualquer doação de João Arcanjo Ribeiro – empresário acusado de chefiar o crime organizado no estado.

De acordo com Antero, a notícia foi trabalhada para tentar atingir sua honra. O senador explicou que a operação divulgada pelos jornais como sendo ilícita foi realizada pelo comitê financeiro do seu partido, na campanha de 2002, mediante a

venda de créditos consistentes em cheques pré-datados de terceiros, resultantes da venda de mesas compradas pelos que participariam de evento realizado pelo PSDB para arrecadar fundos. Também esclareceu que a operação constou da prestação de contas do partido à Justiça Eleitoral.

– Nem eu nem o ex-governador Dante de Oliveira jamais

realizamos operação com a Vip Factoring. Todos os recursos foram conseguidos dentro dos limites legais e constam da prestação de contas feita à Justiça Eleitoral – afirmou.

Em aparte, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) considerou bizarro que um homem honrado como Antero precisasse ir a Plenário defender-se desse tipo de acusação.

Costa propõe mais rigor para condenados por crime hediondo

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) pediu ao senador Jefferson Péres (PDT-AM) que reveja o parecer contrário ao projeto que proíbe o livramento condicional dos condenados por crimes hediondos. Autor da proposta (PLS 113/03), Costa pediu também ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), que coloque a matéria em votação, há 430 dias na comissão.

Ao pedir uma mudança de posição, Hélio Costa afirmou que Jefferson Péres é uma “pessoa conhecida por sua honradez, seu senso de justiça, seu conhecimento das leis e, sobretudo, por ser uma pessoa de grande sensibilidade”. O parlamentar se mostrou indignado ao citar exemplos de crimes hediondos cujos autores foram libertados com o cumprimento de um terço da pena. Para ele, o Congresso deve aprovar o projeto, que “confere à execução penal a severidade exigida por aqueles crimes”.

Para o senador, crimes hediondos, como homicídio por motivo torpe, terrorismo e estupro, ferem valores como a vida, a dignidade humana e a integridade social.



APELO Costa pede que Jefferson reveja parecer contrário a projeto que proíbe livramento condicional

Simon: governo federal sufoca estados e municípios

■ Senador denuncia descumprimento de acordo para compensação a estados exportadores

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) declarou que o governo federal está sufocando estados e municípios, provocando um grande desequilíbrio e enfraquecendo a Federação. Ele também denunciou o não cumprimento de acordos, como o da compensação a estados exportadores pela isenção de ICMS sobre produtos destinados à exportação, com base na Lei Kandir, de 1996.

– No ano passado, foi acertado com o presidente Lula que a compensação pelas perdas dos estados exportadores seria de R\$ 8,5 bilhões em 2004. Pois o governo insiste agora em manter o total em R\$ 6 bilhões, como no ano passado – disse.

Para piorar, segundo Simon, os governadores foram in-

formados de que não há, no Orçamento de 2005, previsão de recursos para compensar os estados exportadores pelas perdas.

– Eu não sei exatamente que palavra usar para classificar um fato dessa natureza. No mínimo, eu diria que é desconsideração, desrespeito – afirmou.

Simon informou que a perda do Rio Grande do Sul é de R\$ 1 bilhão por ano com o descumprimento do acordo por parte do governo federal.

– A União parece ignorar a existência dos estados, estamos chegando ao limite. A União fica hoje com 75% dos impostos recolhidos no país, enquanto estados e municípios ficam com apenas 25% – lamentou.

Para comprovar a falta de respeito, pelo governo federal, com acordos firmados, ele leu parte de um artigo da jornalista Tereza Cruvinel, publicado domingo em *O Globo*: ela cita números do deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), que mostram que o governo violou, nos

últimos meses, um total de 13 acordos firmados no Congresso pelos seus próprios líderes.

Segundo Simon, os estados com vocação exportadora, como o Rio Grande do Sul, pagam caro pela sua eficiência. O estado recebeu R\$ 40 milhões a menos de compensação do que no mesmo período do ano passado, o que corresponde a uma queda de receita de 12%, embora as exportações tenham crescido 35% no primeiro semestre.

– Quanto mais o Rio Grande do Sul exporta, mais ele perde em receita – observou o parlamentar.

Simon elogiou o governador gaúcho Germano Rigotto, que recebeu o estado em péssima situação financeira, não fez qualquer crítica pública e só depois de um ano publicou o estado das contas públicas, com dívidas de curto prazo de R\$ 4,5 bilhões e com parte da arrecadação de 2003 antecipada pela administração anterior.



INDIGNAÇÃO Segundo Demostenes, cabresto do coronelismo foi substituído pela compra de votos

Demostenes denuncia uso do poder econômico nas eleições

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) manifestou-se “enojado” com o uso do poder econômico nas atuais eleições em Goiás “e no resto do país”. Ele sustentou ontem que “não há um único município” onde não seja empregado o poder econômico ou os programas governamentais de distribuição de renda, de cesta básica, de bolsa de estudo e de medicamentos em troca de votos.

– Trocou-se o cabresto e a chibata do coronelismo pelo tilintar da moeda sonante. O poder de convencimento de incomensuráveis quantias arrebatava as manifestações de vontade, cala o descontentamento e faz legítimo o exercício da traição – afirmou. Conforme Demostenes, no momento em que se discute o Conselho Federal de Jornalismo, no interior do país “simplesmente é proibido discordar”. Para ele, o poder econômico está sufocando a liberdade de imprensa, impedindo o direito à opinião e de manifestação das vontades.

Para o senador, recursos desviados da educação ou da saúde e os “lucros do narcotráfico” se misturam para formar “um fundo de campanha, sem origem nem nome”.

Valdir Raupp apela por recuperação de rodovias

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) voltou a fazer um apelo ao Ministério dos Transportes e ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) pela recuperação da BR-364 e da BR-429. Segundo ele, as rodovias estão completamente esburacadas e provocando sucessivos acidentes com vítimas.

– A BR-364 tem crateras em que cabe um carro, e o Dnit

não tem conseguido consertar na velocidade necessária. O período das chuvas está se aproximando e a situação vai piorar – advertiu.

De acordo com o senador, a BR-364 é a espinha dorsal do tráfego rodoviário de Rondônia e a principal via de escoamento de soja. Ele informou que, na terça-feira, uma ponte na BR-429, que já estava em péssimas condições, foi incendiada.



GRAVIDADE Raupp adverte para risco de acidente na BR-364, que “tem crateras em que cabe um carro”

– Foi feito um desvio por onde não passam carretas e caminhões pesados – lamentou.